



GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL - PROMOVER A EFICÁCIA DAS EXECUÇÕES

Comissão Para a Eficácia da Execuções

Dias 18 e 19 de Junho de 2010

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE Lisboa

Intervenção na abertura da conferência

José Magalhães

Secretário de Estado da Justiça
e da Modernização Judiciária

Ex.mo Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura

Vice-Presidente da Ordem dos Advogados – Dr. Jerónimo Martins

Presidente da Câmara dos Solicitadores

Presidente da Comissão Para a Eficácia da Execuções - Mestre Paula Meira Lourenço

Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Prof. João Bilhim

Caros dignitários representantes da Comissão Europeia para a Eficácia da Justiça e da União
Internacional dos Huissiers de Justice

Caros Magistrados, Agentes de Execução, Advogados, Solicitadores e Oficiais de Justiça,

Minhas senhoras e meus senhores,

Gostaria de saudar os participantes, bem como os promotores e organizadores desta Conferência Internacional sobre um tema oportuno e de grave impacto no funcionamento do sistema de justiça. A todos deixo uma mensagem de reconhecimento pelo vosso trabalho, em



GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

meu nome pessoal e também do Senhor Ministro da Justiça, que representa Portugal na cimeira luso-espanhola sobre temas da Justiça, que também hoje tem lugar em Guimarães.

Estou seguro de que estes dois dias de conferência permitirão debater, abertamente e de forma proveitosa, a recente simplificação da acção executiva em Portugal, ocorrida há pouco mais de um ano, e comparar o que entre nós ocorre com o que de melhor se faz nos países europeus.

Gostaria de sublinhar o muito que já se alcançou em cerca de um ano, fruto da simplificação operada, que denota uma maior coordenação e capacidade de realização em confronto com o período anterior. A prática ensina-nos que há aperfeiçoamentos a fazer, um caminho a percorrer. Haverá certamente quem centre a atenção no que não se conseguiu e pense que é necessário mudar.

Mas mudar o quê?

Pelo que tenho observado atrevo-me a concluir que a aposta das apostas deve ser continuar a mudança das formas de organização do trabalho e de comunicação electrónica entre as várias entidades envolvidas, o mais fidedigna e coordenadamente possível.

Por isso saliento com apreço o bom esforço e a cooperação que temos sentido da parte da Câmara dos Solicitadores, do Ministério das Finanças e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Sem eles não nos teria sido possível atingir tudo o que se conseguiu neste ano:

acesso a informação sobre bens,

citações editais electrónicas,

penhoras electrónicas,

comunicações e notificações directas e electrónicas entre mandatários e agentes de execução,

Lista Pública de Execuções,

anúncios de venda electrónicos,

pagamentos multibanco, etc, etc, etc.

Estou certo que amanhã, no final da conferência, todos terão consciência de que Portugal é, hoje, neste âmbito, um exemplo interessante para a Europa.

O mérito pelo esforço de coordenação e de realização também tem de ser estendido à Comissão para a Eficácia das Execuções e à sua Presidente. Algumas das medidas informáticas

têm sido coordenadas no seio da CPEE e isso não seria possível sem a sua composição democrática envolvendo todos os protagonistas do processo executivo.

Também aqui o modelo de trabalho cooperativo que adoptámos pode ser exemplo.

A CPEE, em menos de um ano de actividade efectiva, já marcou o panorama da eficácia da acção executiva em Portugal, tornando-se um elemento fundamental na deontologia e disciplina dos agentes de execução, na disseminação de boas práticas e na coordenação de esforços de todos os envolvidos.

Esse era o objectivo e está a ser atingido num contexto económico hostil que provoca um tsunami de execuções.

Por isso o êxito não pode ser saudado com garrafas de champanhe. Há muito a realizar e muito mais a mudar.

Se olharmos para as estatísticas oficiais não nos podemos vangloriar ainda dos resultados. Mas há que lançar também um olhar atento às estatísticas e apurar se o panorama real coincide com aquele que os dados disponíveis nos mostram. Numa semana em que muitos atiraram pedras à DGPI por ter corrigido um erro estatístico que esteve 5 anos à vista de todos, poucos foram os que saudaram o facto de ter sido a DGPI a detectar o erro. Não foi nenhum Deputado, jornalista, membro de observatório, académico criminologista ou curioso amador: foi a DGPI que apurou que havia uma duplicação de dados. E corrigiu-a não à sucapa mas explicitando tudo em nota metodológica.

Correndo risco similar vou levantar a ponta do véu sobre o problema que detecto nas actuais estatísticas.

Sabemos que existem hoje mais de 150.000 processos sem movimento processual registado na aplicação dos tribunais há mais de 1 ano e 6 meses. Ou seja, mais de 10% da pendência está “oficialmente” parada há mais de um ano e meio. Isso ocorre porque esses processos não têm sido movimentados? Não.

O meu gabinete fez uma análise destes processos em colaboração com vários agentes de execução e mais de 50% dos processos vistos estavam já arquivados com pagamento integral, por inexistência de bens ou por outros motivos. O que acontece é que, como não era obrigatório o uso da aplicação informática pelos agentes de execução antes de 2009 a informação da extinção do processo nunca foi enviada ao CITIUS e este nunca comunicou ao sistema de estatísticas o encerramento do processo. São falsas pendências!

Este é um problema cuja resolução é prioritária, porque sem números fiáveis não temos instrumentos de medida para a adopção das soluções correctas. Desde há alguns meses que,



GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA

em cooperação com a Câmara dos Solicitadores, eu próprio, o meu gabinete e os serviços que tutelam estão empenhados em aproximar as estatísticas à realidade.

Neste âmbito tem sido feito um trabalho moroso (mas que terá resultados a médio prazo) que necessita do envolvimento dos agentes de execução (porque eles têm a informação do processo), dos juizes (porque eles é que podem extinguir muitas das acções) e dos funcionários (porque eles é que também registam no sistema o fim da acção executiva).

Estamos a coordenar com a Câmara o envio, em bloco, e por via informática, dessa informação estatística, criando grupos de trabalho com os agentes de execução pedindo-lhes que verifiquem e actualizem o estado dos processos no SISAAE/GPESE tendo, assim, repercussões imediatas nas estatísticas.

Para o futuro o problema está praticamente resolvido. Mas precisamos da colaboração de todos para verificar os 6 anos de processos tramitados fora das aplicações informáticas.

Só após este trabalho essencial podemos analisar convenientemente a actividade de todos os envolvidos e, em cooperação com eles, encontrar as soluções adequadas para os desafios que nos esperam.

Acreditamos nas dezenas de pessoas que conosco têm colaborado e que nos afirmam que a acção executiva melhorou visível e significativamente desde Setembro de 2009 fruto das mudanças legislativas e do investimento informático do Ministério, da Câmara e de todos os envolvidos.

Reafirmo a vontade do Ministério da Justiça em consolidar, robustecer e expandir o uso da informática em geral na justiça e, em particular, na acção executiva.

Há hoje um vasto consenso sobre a necessidade de utilização das oportunidades facultadas pela rápida expansão das redes electrónicas e das novas tecnologias de informação e comunicação, que importa usar em larga escala para fornecer um cada vez melhor serviço público de Justiça.

O investimento e o esforço humano em que continuaremos a apostar permitiram já uma significativa redução de tempos e custos e uma poupança de recursos aos juizes, aos procuradores, aos agentes de execução, aos advogados, aos solicitadores, aos oficiais de justiça, mas, sobretudo, aos cidadãos e às empresas.

Este é o nosso caminho e continuaremos a trilhá-lo. Para o êxito destes objectivos é essencial a vossa colaboração, que agradeço.

Parabéns e votos de bom trabalho.